

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2179/2024

Fica por meio deste AUTORIZADO á abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme **Art. 75 II**, da Lei 14.133/2021 de 01.04.2021, para o OBJETO e dados adiante discriminados:

01. Objeto: REF A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA DA UBS MEDIANTE PA 5680/2024

| ITEM                      | QDTE. | DESCRIÇÃO/COMPLEMENTO         | VALOR POR ITEM | VALOR TOTAL POR ITEM |
|---------------------------|-------|-------------------------------|----------------|----------------------|
| 1                         | 2,0   | OLMESARTANA +HIDRO 40 12,5 MG | 34,0000        | 68,0000              |
| 2                         | 2,0   | OXCARBAMAZEPINA 300 MG        | 32,0000        | 64,0000              |
| VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO: |       |                               |                | 132,0000             |

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE-RECURSO ASPS  
Fonte de Recurso: Recursos não Vinculados de Impostos  
Fornecedor/Prestador de Serviços: FARMACIA DO PEDRINHO LTDA

PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No que tange à contratação pretendida, a lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de *dispensa de licitação, na forma do art. 75*. Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico. Consta em anexo, documento de formalização da demanda *comunicação interna, com pesquisa de mercado e justificativas*. Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 da lei nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II ), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII). As informações demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV). A razão da escolha está pautada em critério objetivo, qual seja – menor preço, estando assim atendido o pressuposto do art. 72, inciso vi, da lei nº 14.133/2021.

Por fim, atendidos os requisitos do **Decreto Municipal nº 188/2021**, de 4 de outubro de 2021. **Em face do exposto**, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do art. **75, II, da lei nº 14.133/2021**.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do art. 72, inciso VIII, da lei nº 14.133/2021.

Ubiretama/RS, em 10 de dezembro de 2024.

Bel. MATHEUS COELHO MORAES  
OAB/RS 102.735

RATIFICAÇÃO DE PARECER

Homologo e ratifico o parecer jurídico supra. Proceda-se como exposto.  
Ubiretama/RS, em 10 de dezembro de 2024

RODRIGO DANIEL BLOCH  
Prefeito Municipal  
ATESTADO DE PUBLICAÇÃO

Atesto que o extrato de DISPENSA DE LICITAÇÃO acima foi publo no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Ubiretama/RS, durante 05 (cinco) dias, a partir do dia 10/12/2024  
Ubiretama/RS, em 10 de dezembro de 2024.